



EDITAL DA LEI PAULO GUSTAVO



CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL 005/2023 FOMENTO AO AUDIOVISUAL – LEI PAULO GUSTAVO CAPACITAÇÃO. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL, APOIO A CINECLUBES, FESTIVAIS E MOSTRAS

A Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, criada pela Lei Ordinária N.º 7455, 17 DE JULHO DE 1989, em consonância com a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo, de repasse de recurso do Governo Federal, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Chamamento Público, o REGULAMENTO para a seleção De Capacitação, Formação e Qualificação no Audiovisual, Apoio a Cineclubes, Festivais e Mostras no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, referente ao **AUDIOVISUAL**.

1. JUSTIFICATIVA

1.1 A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural, é ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença. As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais no Município de Belém, enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.

2. OBJETO

2.1 **O Edital N° 005/2023 – CHAMAMENTO PÚBLICO**, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, destinados a selecionar e contratar profissionais comprovadamente especializados, com ênfase a projetos de Capacitação Formação e Qualificação no Audiovisual, apoio a Cineclubes que sejam desenvolvidos com os artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento coletivo e que gerem impacto local, social, econômico e cultural na área do audiovisual, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item 3.1.

3. CATEGORIAS E VALORES

3.1 O presente Edital conterà com as Categorias/Modalidade de fomento na forma do **art. 6º, III da LPG:**

3.1.1 O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

CATEGORIAS	INVESTIMENTO POR PROJETO	NÚMERO DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	PROPONENTE
Produção de Mostras Temáticas (mulheres ,	R\$ 70.000,00	05	R\$350.000,00	PF/MEI/PJ

Indígenas, Quilombolas, Negros e LGBTQIAPN+) Exigência: Projeto				
Seminário Itinerantes sobre políticas públicas no audiovisual Exigência: Projeto	R\$50.000,00	02	R\$100.000,00	PF/MEI/PJ
Apoio a Cineclubes Exigência: Projeto	R\$25.000,00	04	R\$100.000,00	PF/MEI/PJ
Apoio a Formação com no mínimo 50 horas de duração. Exigência: Projeto	R\$ 50.000,00	02	R\$100.000,00	PF/MEI/PJ
		13	R\$650.000,00	

3.2 Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual serão destinados ao desenvolvimento de oficinas voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual. Esse fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.

3.3 A Formação Audiovisual deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes. Deverá ser apresentado:

- I Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e
- II Apresentação do currículo dos profissionais mediadores/formadores.

3.4 Apoio a mostras serão destinados à exibição de produções audiovisuais, como filmes de ficção, documentários ou animações, para um público interessado, podendo ser sobre um tema específico, estilo cinematográfico ou período de produção. Esse fomento busca estimular a produção audiovisual, a formação de público e proporcionar visibilidade a filmes, além de oferecer ao público uma oportunidade de apreciar e refletir sobre obras cinematográficas de qualidade.

4. RECURSOS ORÇAMENTARIOS

Funcional Programática: 2.08.32.13.392.0005

Projeto Atividade: 2273

Elemento de Despesa: 3350430000

Fonte: 1715010000

5. QUEM PODE SE INSCREVER

5.1 Poderão inscrever-se neste Edital, na condições de proponente, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, microempreendedor individual e pessoa física



EDITAL DA LEI PAULO GUSTAVO



maior de 18 anos, de natureza cultural e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

5.1.1 A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 10.1.2 /10.2.2/10.3.2

5.1.2 O proponente terá que ser agente cultural e apresentar currículo comprobatório de sua atividade de no mínimo 2 (dois) anos em uma das linguagens na área artístico-cultural e ser residente e domiciliado no Município de Belém no período mínimo de 2 (dois) anos.

5.2 Para efeito deste edital, os projetos audiovisuais deverão prever que os valores aportados serão majoritariamente destinados à contratação de profissionais, fornecedores e serviços estabelecidos no Município de Belém.

5.3 Todos os projetos deverão ser executados e apresentados obrigatoriamente no Município de Belém.

5.4 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto, deverá exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

5.5 Em regra, o proponente pode ser:

I- Pessoa Física;

II- Pessoa Jurídica;

III- Microempreendedor Individual (MEI);

IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;

5.6 O agente cultural deverá apresentar currículo comprobatório de sua atividade de no mínimo 2 (dois) anos em uma das linguagens na área artístico-cultural e ser residente e domiciliado no Município de Belém no período mínimo de (2) anos. Sendo representado por pessoa jurídica com fins lucrativos, essa análise dar-se-á pelo currículo do agente cultural e/ou coletivo cultural e não da pessoa jurídica que o representa, não exigindo tempo que atuem de existência de MEI e/ou PJ.

5.7 Na hipótese dos proponentes que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VIII.

5.8 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto, deverá exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

6. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

6.1 Estão impedidas de inscrever as pessoas jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros da Comissão de Coordenação, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de **Belém**;

6.2 Servidores da Fundação Cultural do Município de Belém, seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.3 Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

6.4 Órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

6.5 Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela FUMBEL.

PARÁGRAFO ÚNICO: O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas nos itens acima. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital, podendo os mesmos submeter projetos a este Edital.

7. COTAS

7.1 Ficará garantidas cotas nas categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados;

- I. 50% para mulheres (cis e trans);
- II. 10% para pessoas indígenas;
- III. 20% para pessoas negras;
- IV. 20% para pessoas LGBTQIAPN+.

7.2 As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservadas concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

7.3 Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

7.4 Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

7.5 Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

7.6 No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar autodeclaração (Anexo V) e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

8 CRONOGRAMA

8.1 As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações, através site <https://fumbel.belem.pa.gov.br/editais/paulo-gustavo2023>.

Etapa	Período
Período de Inscrições	07/11/2023 a 13/12/2023
Divulgação do Resultado Preliminar	15/12/2023
Período para Interposição de Recursos documental	18/12/2023 a 26/12/2023
Nota Preliminar	03/01/2024
Período de Recurso de Mérito	04/01/2024 a 08/01/2024
Divulgação do Resultado Final	19/01/2024

Período de Habilitação dos Projetos Selecionados E Assinatura do Termo de Execução Cultural	22/01/2024 e 23/01/2024
Período de Pagamento dos Projetos Selecionados	24/01/2024 a 28/02/2024
Execução do Projeto	20/12/2024
Relatório final de execução do projeto	29/12/2024

9. INSCRIÇÕES

9.1 As inscrições deste Chamamento Público deverá ser exclusivamente pelo site <https://fumbel.belem.pa.gov.br/editais/paulo-gustavo2023>, de forma gratuita;

9.2 Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da Fundação Cultural do Município de Belém, ou materiais postados, via protocolo.

9.3 O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

9.4 As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.

9.5 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.

9.6 Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente nos editais da Lei Paulo Gustavo no município de **Belém**, caso haja duas inscrições do mesmo proponente será automaticamente desclassificado.

9.7 Demais informações podem ser obtidas através do e-mail audiovisual.fumbel@fadesp.org.br e telefone (91)99138-6885.

10 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

10.1 QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.

10.1.1 Ficha de inscrição padronizada preenchida (ANEXO I);

10.1.2 Cópia do certificado de microempendedor individual (MEI);

10.1.3 Certidão de regularidade junto ao FGTS (www.caixa.com.br/fgts);

10.1.4 Cópias legíveis do RG e do CPF ativos do representante do MEI;

10.1.5 Cópia legível de comprovante de endereço do MEI;

10.1.5.1 No caso do MEI não possuir nenhum documento que possa comprovar o endereço em seu nome/sede, deverá ser apresentada a declaração específica (MODELO EM ANEXO), acompanhada do comprovante em nome da pessoa que assina a declaração;

10.1.5.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponente:

I. Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II. Pertencente à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

10.1.6 Cópia do **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL preenchido (ANEXO III)**;

10.1.7 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** preenchida (ANEXO IV);

10.1.8 Cópia da **DECLARAÇÃO ÉTNICO- RACIAL** (ANEXO V);

10.1.9 Cópia da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** (ANEXO VI);

10.1.10 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA** (ANEXO VII);

10.1.11 Cópia do **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO** (ANEXO VIII) (se houver)

10.1.12 Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos federais e de dívida ativa da união, em nome do MEI, expedida pela Receita Federal (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>);

10.1.13 Certidão tributária negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais, em nome do MEI, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFA (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.1.14 Certidão não-tributária negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais, em nome do MEI, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFA (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.1.15 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de débitos detributos Municipais ou certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de registro imobiliário, em nome do MEI e expedida pela SEFIN (<https://sefin.belem.pa.gov.br/areas/certidao-negativa-de-debito/>);

10.1.16 Certidão negativa de débitos trabalhistas, em nome do MEI, expedida pela Justiça do Trabalho (<http://www.certidao.tst.jus.br>);

10.1.17 Dados bancários em nome do microempreendedor individual – MEI acompanhados da cópia legível do cartão da conta corrente, com vistas ao repasse financeiro, sendo vedada a apresentação de contas-poupança e contas de recebimento de auxílios, pensões, bem como, de contas-correntes em nome de terceiros.

10.1.18 Breve release/portfólio, contendo:

- TEXTO RESUMIDO (no máximo 04 laudas), Currículo / portfólio do proponente.
- Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
- COMPROVAÇÕES de todas as informações repassadas no TEXTO RESUMIDO: cópias simples matérias publicadas em jornais, revistas especializadas ou não, fotografias (efetivamente comprovadas com clipagem de datas de publicação), menções em blogs, material gráfico (como cartazes, programas de apresentação, folders, fichas técnicas), cópias de capas de CDs e/ou DVDs gravados e lançados, mídias diversas, certificados, diplomas, atas de participações em cursos, eventos, premiações, dentre outros.

Obs: É vedada a mera indicação de links, redes sociais, homepage, blogs.

10.1.19 Declaração de que a pessoa jurídica sem fins lucrativos não emprega pessoas menores de idade, salvo na condição de aprendiz.

10.1.20 As certidões exigidas no item 10.1.12 a item 10.1.16, deverão ser apresentadas no ato da assinatura do termo de execução. Caso o proponente não apresente a

documentação exigida estará automaticamente desclassificado e o subsequente da lista de classificados será chamado para assinar o termo de execução.

10.2 QUALIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA - SEM FINS LUCRATIVOS.

10.2.1 Ficha de inscrição padronizada preenchida (ANEXO I)

10.2.2 Comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica sem fins lucrativos – CNPJ, comprovando-se no mínimo 2 (um) ano de sua existência e funcionamento;

10.2.3 Cópia legível do estatuto e demais alterações da pessoa jurídica sem fins lucrativos, acompanhada do respectivo registro no cartório de registro de títulos e documentos;

10.2.4 Cópia legível da Ata de eleição e posse da atual diretoria da pessoa jurídica sem fins lucrativos;

10.2.5 Cópias legíveis do RG e do CPF ativos do representante legal da pessoa jurídica sem fins lucrativos, conforme a ata de eleição e posse de diretoria apresentada;

10.2.6 Cópia legível de comprovante de endereço da sede da pessoa jurídica sem fins lucrativos;

10.2.6.1 No caso da pessoa jurídica sem fins lucrativos não possuir comprovante de endereço específico de sua sede, deverá ser apresentado o comprovante equivalente ao endereço, acompanhado da declaração específica (MODELO EM ANEXO);

10.2.6.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponente:

I. Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II. Pertencente à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

10.2.7 Cópia do **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL** preenchido (ANEXO III)

10.2.8 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** preenchida (ANEXO IV)

10.2.9 Cópia da **DECLARAÇÃO ÉTNICO- RACIAL** (ANEXO V)

10.2.10 Cópia da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** (ANEXO VI)

10.2.11 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA** (ANEXO VII)

10.2.12 Cópia do **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO** (ANEXO VIII) (se houver)

10.2.13 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de tributos federais e de dívida ativa da união, em nome da pessoa jurídica sem fins lucrativos (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>);

10.2.14 Certidão Tributária Negativa ou Positiva com efeito de negativa de tributos estaduais, em nome pessoa jurídica sem fins lucrativos

(<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.2.15 Certidão Não-Tributária Negativa ou Positiva com efeito de negativa de tributos estaduais, em nome da pessoa jurídica sem fins lucrativos (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.2.16 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos Municipais ou certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de registro imobiliário, em nome da pessoa jurídica sem fins lucrativos (<https://sefin.belem.pa.gov.br/areas/certidao-negativa-de-registro-cadastral/>);

10.2.17 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em nome da pessoa jurídica sem fins lucrativos (<http://www.certidao.tst.jus.br>);

10.2.18 Declaração de que a pessoa jurídica sem fins lucrativos não emprega pessoas menores de idade, salvo na condição de aprendiz

10.2.19 Dados bancários em nome da pessoa jurídica sem fins lucrativos – acompanhados de cópia legível do cartão da conta corrente, com vistas ao repasse financeiro, sendo vedada a apresentação de contas-poupança e contas de recebimento de auxílios, pensões, bem como, de contas-correntes em nome de terceiros.

10.2.20 Breve release/portfólio, contendo:

- TEXTO RESUMIDO (no máximo 04 laudas), Currículo / portfólio do proponente.
- Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
- COMPROVAÇÕES de todas as informações repassadas no TEXTO RESUMIDO: cópias simples de matérias publicadas em jornais, revistas especializadas ou não, fotografias (efetivamente comprovadas com clipagem de datas de publicação), menções em blogs, material gráfico (como cartazes, programas de apresentação, folders, fichas técnicas), cópias de capas de CDs e/ou DVDs gravados e lançados, mídias diversas, certificados, diplomas, atas de participações em cursos, eventos, premiações, dentre outros.

Obs: É vedada a mera indicação de links, redes sociais, homepage, blogs.

10.2.21 As certidões exigidas no item 10.2.13 a item 10.2.18 deverão ser apresentadas no ato da assinatura do termo de execução. Caso o proponente não apresente a documentação exigida estará automaticamente desclassificado e o subsequente da lista de classificados será chamado para assinar o termo de execução.

10.3 QUALIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA - COM FINS LUCRATIVOS.

10.3.1 Ficha de inscrição padronizada preenchida (ANEXO I)

10.3.2 Comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica com fins lucrativos – cnpj;

10.3.3 Cópia legível do contrato social da pessoa jurídica com fins lucrativos ou da última alteração, se houver, acompanhada do respectivo registro na JUCEPA;

10.3.4 Cópias legíveis do RG e do CPF ativos do representante legal da pessoa jurídica com fins lucrativos, conforme o contrato social apresentado;

10.3.5 Cópia legível de comprovante de endereço da sede da pessoa jurídica com fins lucrativos;

10.3.5.1 no caso da pessoa jurídica com fins lucrativos não possuir comprovante de

endereço específico de sua sede, deverá ser apresentado o comprovante equivalente ao endereço, acompanhado da declaração específica (MODELO EM ANEXO);

10.3.5.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponente:

- I. Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- II. Pertencente à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

10.3.6 Cópia do **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL preenchido (ANEXO III)**

10.3.7 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO preenchida (ANEXO IV)**

10.3.8 Cópia da **DECLARAÇÃO ÉTNICO- RACIAL (ANEXO V)**

10.3.9 Cópia da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO VI)**

10.3.10 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA (ANEXO VII)**

10.3.11 Cópia do **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO (ANEXO VIII) (se houver)**

10.3.12 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais e de dívida ativa da união, em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>);

10.3.13 Certidão Tributária Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais, em nome pessoa jurídica com fins lucrativos (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.3.14 Certidão Não-Tributária Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais, em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.3.15 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de débitos de tributos Municipais ou certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Registro imobiliário, em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos (<https://sefin.belem.pa.gov.br/areas/certidao-negativa-de-registro-cadastral/>);

10.3.16 Certidão Negativa de débitos trabalhistas, em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos (<http://www.certidao.tst.jus.br>);

10.3.17 Declaração de que a pessoa jurídica com fins lucrativos não emprega pessoas menores de idade, salvo na condição de aprendiz;

10.3.18 Dados bancários em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos – acompanhados de cópia legível do cartão da conta corrente, com vistas ao repasse financeiro, sendo vedada a apresentação de contas-poupança e contas de recebimento de auxílios, pensões, bem como, de contas-correntes em nome de terceiros.

10.3.19 Breve release/portfólio, contendo:

- **TEXTO RESUMIDO** (no máximo 04 laudas), Currículo / portfólio do proponente.

- Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
 - **COMPROVAÇÕES** de todas as informações repassadas no **TEXTO RESUMIDO**: cópias simples matérias publicadas em jornais, revistas especializadas ou não, fotografias (efetivamente comprovadas com clipagem de datas de publicação), menções em blogs, material gráfico (como cartazes, programas de apresentação, folders, fichas técnicas), cópias de capas de CDs e/ou DVDs gravados e lançados, mídias diversas, certificados, diplomas, atas de participações em cursos, eventos, premiações, dentre outros.
- Obs:** É vedada a mera indicação de links, redes sociais, homepage, blogs.

10.3.20 As certidões exigidas no item 10.3.12 a item 10.3.17, deverão ser apresentadas no ato da assinatura do termo de execução. Caso o proponente não apresente a documentação exigida estará automaticamente desclassificado e o subsequente da lista de classificados será chamado para assinar o termo de execução.

10.4 PESSOA FÍSICA.

10.4.1 Ficha de inscrição padronizada preenchida (**ANEXO I**)

10.4.2 Cópia legível do RG do Artista/Profissional Proponente ou do Representante do(s) mesmo(s), (podendo ser apresentada cópia de CNH e CTPS – desde que legíveis e com foto);

10.4.3 Cópia legível do CPF do Artista/Profissional Proponente ou do Representante do(s) mesmo(s);

10.4.4 Comprovante / Certidão de Regularidade do CPF em nome do Artista, Profissional Proponente e/ou do Representante do(s) mesmo(s), emitida pela Receita Federal (<http://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>);

10.4.5 Cópia legível do Cartão ou Documento de Inscrição de PIS/PASEP ou NIT do Artista/Profissional Proponente ou do Representante do(s) mesmo(s);

10.4.6 Cópia legível do comprovante de endereço em nome do Artista/Profissional Proponente ou do Representante do(s) mesmo(s), devidamente atualizado (90 dias);

10.4.7 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponente:

- I. Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- II. Pertencente à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

10.4.8 Cópia do **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL** preenchido (**ANEXO III**)

10.4.9 Cópia do **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** preenchida (**ANEXO IV**)

10.4.10 Cópia da **DECLARAÇÃO ÉTNICO- RACIAL** (**ANEXO V**)

10.4.11 Cópia da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** (**ANEXO VI**)

10.4.12 Cópia da **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA (ANEXO VII)**

10.4.13 Cópia do **DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO (ANEXO VIII) (se houver)**

10.4.14 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais e de dívida ativa da união, em nome do proponente com fins lucrativos (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>);

10.4.15 Certidão Tributária Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais, em nome do proponente com fins lucrativos (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.4.16 Certidão Não-Tributária Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais, em nome do proponente com fins lucrativos (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>);

10.4.17 Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de débitos de tributos Municipais ou certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Registro imobiliário, em nome do proponente com fins lucrativos (<https://sefin.belem.pa.gov.br/areas/certidao-negativa-de-registro-cadastral/>);

10.4.18 Certidão Negativa de débitos trabalhistas, em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos (<http://www.certidao.tst.jus.br>);

10.4.19 Declaração de que a pessoa jurídica com fins lucrativos não emprega pessoas menores de idade, salvo na condição de aprendiz;

10.4.20 Dados bancários em nome da pessoa jurídica com fins lucrativos – acompanhados de cópia legível do cartão da conta corrente, com vistas ao repasse financeiro, sendo vedada a apresentação de contas-poupança e contas de recebimento de auxílios, pensões, bem como, de contas-correntes em nome de terceiros.

10.4.21 Breve release/portfólio, contendo:

- **TEXTO RESUMIDO** (no máximo 04 laudas), Currículo / portfólio do proponente.
- **Mini currículo** dos integrantes do projeto e termo de anuência;
- **COMPROVAÇÕES** de todas as informações repassadas no **TEXTO RESUMIDO**: cópias simples matérias publicadas em jornais, revistas especializadas ou não, fotografias (efetivamente comprovadas com clipagem de datas de publicação), menções em blogs, material gráfico (como cartazes, programas de apresentação, folders, fichas técnicas), cópias de capas de CDs e/ou DVDs gravados e lançados, mídias diversas, certificados, diplomas, atas de participações em cursos, eventos, premiações, dentre outros.

Obs: É vedada a mera indicação de links, redes sociais, homepage, blogs.

10.4.22 As pessoas físicas contempladas neste Edital poderão ter valores retidos na fonte para cumprimento de obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação vigente à época do pagamento.

10.4.23 As certidões exigidas no item 10.4.14 a item 10.4.14, deverão ser apresentadas no ato da assinatura do termo de execução. Caso o proponente não apresente a documentação exigida estará automaticamente

desclassificado e o subsequente da lista de classificados será chamado para assinar o termo de execução.

11 ACESSIBILIDADE

11.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III- No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

11.2 Especificamente, para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I- utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

II- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

III- contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

IV- oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

11.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

11.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 11.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I- for inaplicável em razão das características do objeto cultural.

II- quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

11.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

12 CONTRAPARTIDA

12.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I- A realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente

aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II- sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

12.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

13 ANÁLISE DE PROJETOS

13.1 Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 60 (sessenta) pontos paracada projeto, de acordo com os critérios e pontuações no ANEXO II.

13.2 Cada proposta será avaliada por 02 (dois) pareceristas e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

13.3 Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

13.4 Não serão classificados projetos com nota final inferior a 35,00 pontos

13.5 Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

13.6 O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://fumbel.belem.pa.gov.br/editais/paulo-gustavo2023>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria.

13.7 Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://fumbel.belem.pa.gov.br/editais/paulo-gustavo2023>

13.8 A Comissão de seleção analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

13.9 Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pela Comissão.

13.10 Após analisados os recursos, a **Comissão de Seleção** publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://fumbel.belem.pa.gov.br/editais/paulo-gustavo2023>, a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

13.11 Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

13.12 Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

13.13 Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

14. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

14.1 A Comissão de Coordenação, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeado pela FADESP.

14.2 Os trabalhos da Comissão de Coordenação Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a **FADESP** para a devida tomada de decisão.

15. ORÇAMENTO DA PROPOSTA

15.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido, conforme modelo do ANEXO VI.

15.2 estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme art. 24, §1º do Decreto Federal nº11.453/2023.

15.3 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

15.4 O valor solicitado deverá corresponder ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo1 do presente edital

15.5 Poderão ser previstas na proposta as despesas necessárias para o cumprimento do objeto, incluindo os pagamentos destinados a direitos autorais de execução ou representação pública, a exemplo de Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad e Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT, além das despesas elencadas no art. 26 do Decreto nº 11.453/2023.

15.6 recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade deverão estar previstos no orçamento da proposta, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto

15.7 Os valores constantes no projeto deverão ser expressos em moeda nacional.

15.8 Os recursos poderão ser utilizados para pagamento das despesas previstas no art. 26 do Decreto Federal nº 11.453/2023, incluindo os serviços de contabilidade e assessoria jurídica.

16. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

16.1 Após a homologação do resultado final, a **FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM** convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

16.2 Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente de apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

16.3 A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital, ensejará na desclassificação do proponente.

16.4 No caso de envio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

16.5 O não envio ou reenvio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

16.6 A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

16.7 O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária.

17. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

17.1 O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

17.2 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

17.3 Caso comprovado o falseamento de informações após o repasse do recurso, o proponente



EDITAL DA LEI PAULO GUSTAVO

FUMBEL
Fundação
Cultural
de Belém

BELÉM
PREFEITURA
TAMO JUNTO POR BELÉM

Fadesp

PAULO
GUSTAVO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIO E RECONSTRUÇÃO

sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da **Lei Paulo Gustavo, Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, e da Prefeita Municipal de Belém - PMB**, conforme disponibilizado pelo Coordenação da Lei Paulo Gustavo no município.

18.2 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação:

I- “Realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, o, ___de___de_.”

18.3 Em caso de não utilização dos recursos destinados a uma linha de fomento, o recurso desta linha poderá ser remanejado para outra que tenha número de inscrição superior que as demais.

18.4 O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

18.5 É de responsabilidade da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM** o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

18.6 Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pela comissão de coordenação e análise durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

18.7 A Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL poderá prorrogar, alterar, adiar, revogar ou anular o presente EDITAL 005/2023, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação, devendo, entretanto, proceder tais ações em conformidade legal, dando ampla divulgação das alterações.

18.8 Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Fumbel.

18.9 Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site da FUMBEL

Belém, 21 de dezembro de 2023

INÊS SILVEIRA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM